

MOVIMENTOS DE MORADIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NO CONTEXTO DAS LUTAS SOCIAIS

HOUSING PROTESTS IN SÃO PAULO CITY IN THE FRAMEWORK OF SOCIAL STRUGGLES

RESUMO

Este artigo busca refletir sobre a presença dos movimentos de moradia na cidade de São Paulo no contexto das manifestações de rua de 2013 e da configuração neoliberal nas cidades brasileiras. Considera que a histórica luta dos movimentos de moradia é fator de resistência e de proposição, que busca inverter a lógica e o modelo de cidade dominante, mas que demanda investimento contínuo em organização e articulação política.

Palavras-chave: movimentos sociais; movimentos de moradia

ABSTRACT

This paper aims at reflecting upon the presence of housing protests in São Paulo city in the framework of street mobilizations in 2013 and of neoliberal configuration in Brazilian cities. It acknowledges the historical struggle of housing protests as resistance and proposition factors which, on the one hand, seek to reverse the logic and the model of a dominant city, but, on the other hand, require ongoing investment in both organization and political articulation.

Keywords: social movements; housing protests

I. INTRODUÇÃO

Manifestações nas ruas, mobilizações, greves, conflitos, articulações, instrumentos de luta e de organização dos trabalhadores que ganharam visibilidade no Brasil no cenário urbano do século XXI. As pautas não são novas, remontam as lutas dos movimentos sociais protagonizadas desde a década de 80 do século XX, mas evidenciam desafios e amplificam as lutas que se desenham nas cidades. De acordo com Maricato (2014):

O fim do Estado provedor e a emergência da globalização neoliberal (entre as décadas de 1970 e 1980) tiveram um impacto profundo nas cidades, em especial nas cidades do capitalismo periférico que nunca viveram a “plenitude”, capitalista, dos direitos sociais. Ao lado do recuo das políticas sociais, aumento do desemprego, da pobreza e da violência, um novo ideário de planejamento urbano substituiu o urbanismo modernista, ambos importados do capitalismo central. Desregulamentação, flexibilização, privatização são conceitos que acompanharam a reestruturação das cidades buscando abrir novos espaços para os capitais, em especial os capitais imobiliários, de construção de infraestrutura e de serviços. (MARICATO, 2014 p.4)

Harvey (1996, p.51) ao afirmar que a urbanização deveria ser considerada como um processo social que ocorre no espaço reconhece que há nela uma ampla gama de diferentes atores com objetivos e agendas diversas, interagindo através de uma configuração específica de práticas espaciais interligadas.

O cotidiano da metrópole evidencia um modelo de crescimento responsável por acirrar a deterioração dos níveis de vida de toda a população, ampliando cada vez mais, a presença de grupos organizados que buscam relações mais qualitativas com o espaço urbano em (re)construção e que se contrapõe a ideia de uma cidade dominada somente pelas novas tecnologias de informação e comunicação e pela financeirização que se articula intrinsecamente ao mercado imobiliário.

Kowarick (1993, p.9), em seu clássico “A espoliação urbana”, se debruçou sobre o fenômeno urbano para entendê-lo no contexto de um sistema produtivo mais amplo e para especificá-lo como processo social. Sob o ângulo do trabalho e da vida urbana, o autor buscou demonstrar determinados aspectos de uma expansão capitalista de feições nitidamente selvagens que se expressam tanto na deterioração salarial como nas condições de saúde, saneamento, transportes, e tantos outros componentes básicos para a reprodução da força de trabalho.

O modelo de desenvolvimento capitalista reordena as relações sociais de exploração e faz do controle da terra urbana e dos recursos de infraestrutura das cidades, poderosos instrumentos para o que Kowarick (1993, p.59) chamou de espoliação social. O acelerado processo de expansão das periferias combinado com a queda do crescimento econômico, o aumento das taxas de desemprego, a intensificação migratória, somaram-se ao marcante

recuo das políticas públicas que tornava ainda mais insuportável a vida nas cidades brasileiras.

A busca pela favela foi a alternativa de moradia encontrada pela população pobre no século XX, aprovada e incentivada por parte dos governos municipais. Seguimos desde então numa crescente quanto ao processo de segregação urbana e seus reflexos perversos determinados por uma herança histórica de desigualdades e diversas expressões de informalidades que perseguem a população pobre das cidades.

O modo precário de se viver é a regra para a grande maioria da população e junto com a desarticulação das políticas – de emprego, previdência social, saúde, assistência social, educação, moradia, transporte e saneamento – denunciam a mercadorização dos serviços públicos e a degradação da vida urbana nas metrópoles. A luta popular busca a ruptura com esse modo avassalador de sobrevivência.

O Brasil é um país predominantemente urbano, a taxa de urbanização passou de 44,7% em 1960 para 81,2% em 2000 e o Censo 2010 mostrou que 84% dos brasileiros viviam em áreas urbanas¹. Esse é um processo marcado por inúmeras contradições, pelo crescimento urbano desordenado, adensamento populacional, segregação urbana, um enorme déficit habitacional e a legítima ocupação pelos movimentos organizados dos espaços na cidade tem se multiplicado a cada ano.

Com a chegada dos megaeventos nas cidades brasileiras construiu-se um quadro alarmante de remoções forçadas por todo o país que provocaram reações e resistências dos movimentos de moradia. Segundo a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, entre 170 a 250 mil pessoas foram obrigadas a sair de suas casas para dar espaço a obras de mobilidade e infraestrutura.

Esse cenário desafia os movimentos de moradia a atualizar suas pautas e rever suas estratégias de organização, luta e negociações com o poder público. As manifestações de junho de 2013, os movimentos de resistência e denúncia quanto aos gastos públicos destinados aos megaeventos, como por exemplo, a Copa, assim como greves e mobilizações quase diárias, agitaram o dia-dia das cidades brasileiras reacendendo principalmente os movimentos de moradia.

II. MOVIMENTOS DE MORADIA E AS MANIFESTAÇÕES DE RUA

O ir e vir diário em um sistema de transporte precário se tornou um martírio cotidiano a toda a população e bastou o anúncio de reajuste do valor da passagem, no caso de São

¹ Dados disponíveis em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766

Paulo para R\$0,20, para que o sentimento de revolta, insatisfação com a classe política e seu trato com a coisa pública, se tornasse a gota d'água.

As Jornadas de Junho (2013) – como ficaram conhecidas as manifestações no Brasil - demarcaram nas cidades brasileiras um movimento polissêmico, heterogêneo e policlassista, mas com a predominância de uma juventude que marcou presença nas ruas durante todos os dias de mobilização. Já durante os jogos da Copa das Confederações (2013) os brasileiros manifestaram sua indignação quanto às ações que beneficiaram o capital privado em detrimento das políticas públicas no país.

As constantes reivindicações por saúde e educação de qualidade, logo se reinventaram sob o jargão que ocupou diversas coberturas jornalísticas durante a realização dos jogos da competição. Todos exigiam escolas e hospitais “no padrão FIFA”.

Mas especialmente entre os dias 19 à 21 de junho de 2013, cerca de 3 milhões de manifestantes foram as ruas no país e muitas capitais brasileiras, protagonizando um cenário espetacular de reivindicações. No início, o número de manifestantes e a regularidade das ações eram surpreendentes, todavia, o processo se estendeu nos meses seguintes e após algumas análises já era possível constatar que aqueles eram frutos de uma organização que há muito tempo se gestava no país.

Os protestos foram desencadeados com o predomínio dos integrantes do Movimento Passe Livre (MPL), a partir de uma demanda considerada central como estopim para as manifestações: as tarifas do transporte coletivo. Mas não apenas, pois uma série de outras bandeiras somaram-se as reivindicações, assim como uma diversidade de manifestantes que aderiram ao movimento no decorrer da agenda dos protestos.

Para Chauí (2013, p.4), toda a mobilização foi fruto de um “inferno urbano”, que ganhou enorme proporção graças as convocações feitas, principalmente, pelas redes sociais, fato que inclusive, parece quebrar o monopólio da mídia brasileira.

Não se pode negar que o momento presente evidencia e redimensiona as insatisfações acumuladas nestas últimas décadas. Sem dúvida, estamos diante de um processo social que coloca em cheque todo um sistema de gestão urbana desenvolvido até então no Brasil.

O cenário de reconstrução democrática no Brasil, pós ditadura militar, possibilitou o surgimento de um modo de atuação dos movimentos sociais que combinou a luta direta com a negociação e atuação em espaços de participação tais quais os Conselhos de Políticas Públicas, os fóruns temáticos, etc.

Gohn (2010, p. 47) menciona que a luta por moradia “continuou a ter centralidade desde os anos de 1980, como luta popular mais organizada nas grandes cidades”, mesmo que perdendo parcialmente sua visibilidade, que é recuperada nos anos 2000. Soma-se aos

movimentos de moradia a criação, nos anos 1990, do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), importante espaço de articulação política de pautas e lutas.

Na mesma direção, a criação de uma Central de Movimentos Populares (CMP) foi um fato marcante nos anos 90, no plano organizativo ajudou a estruturar vários movimentos populares em nível nacional, tais como a luta por moradia, propiciando maior articulação entre diferentes grupos.

A conquista de marcos legais que defendem o direito à moradia digna, a cidades justas e igualitárias, é resultado da luta permanente de movimentos e setores da sociedade civil. A Emenda Constitucional nº 26/2000 garante o direito à moradia, entre os direitos sociais e humanos. O Estatuto da Cidade de 2001 regulamenta o capítulo constitucional da política urbana, ao definir a função social da cidade e da propriedade, reconhecendo a prevalência do interesse coletivo sobre o individual e estabelecendo parâmetros para a intervenção do poder público no espaço. O Estatuto da Cidade assegura à população de espaços urbanos a *“garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.”*

A partir do ano de 2003, com o início do governo Lula, tem-se um novo momento da política no Brasil. No âmbito da política urbana, foi criado o Ministério das Cidades, reivindicação antiga dos movimentos sociais e do Fórum Nacional de Reforma Urbana. Os marcos legais e institucionais se aprofundam com a aprovação da Política Nacional e Sistema Nacional de Habitação. Também foram criados espaços de participação institucionalizados para a participação social na gestão das políticas, como o Conselho das Cidades e o processo de conferências, reconhecendo a atuação dos movimentos sociais urbanos nos espaços institucionais.

2.1. Movimentos de moradia na cidade de São Paulo: UMM e MTST

Na cidade de São Paulo, os movimentos de moradia apresentam uma longa trajetória de lutas, configurando-se numa diversidade de atores e de modos de organização: movimentos de favela, de loteamentos, de cortiços, de ocupações no centro, dos sem teto, etc. Nesse trabalho, destacamos dois movimentos presentes na cena pública: a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

A União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP) surgiu no final da década de 1980 com objetivo de lutar pelo direito à moradia, por reforma urbana e autogestão. É uma articulação de movimentos que atuam na área de favelas, cortiços, sem-

teto, mutirões, ocupações e loteamentos. A UMM-SP está organizada por regiões: norte, sul, leste, oeste e região central. Em regiões maiores como a leste, ela foi dividida em duas regiões: leste 01 e leste 02.

A partir de 1989 na cidade de São Paulo cerca de 9.800 construções habitacionais foram iniciadas pelo sistema de autogestão e mão de obra mutirante, fruto de reivindicação dos movimentos. A União dos Movimentos de Moradia construiu 30 mil unidades habitacionais por este processo.

As articulações da UMM estendem-se também à União Nacional por Moradia Popular e a Central de Movimentos Populares, dando apoio logístico e construindo uma articulação que hoje atinge 20 Estados brasileiros. Segundo Donizete Fernandes, liderança e membro da coordenação da UMM/SP:

Os avanços que tivemos estes anos foi o de propor políticas públicas de habitação popular, então quando se fala de produção habitacional com participação popular, a gente está discutindo a questão da autogestão. E essa experiência que surgiu nas prefeituras democráticas e populares em 1988, nos deu um avanço muito forte, pois criamos o primeiro projeto de lei de iniciativa popular do Brasil, e isto é muito importante na política porque é o primeiro projeto na luta. E com o governo Lula, iniciamos um processo de produção habitacional por meio de participação popular no Brasil que culminou com o Minha Casa Minha Vida Entidades (MCMVE). Os recursos do MCMVE são pequenos, mas é um avanço porque é uma política habitacional para o Brasil. Não é apenas para uma cidade ou para um Estado, como era antes. Hoje, podemos discutir o que é autogestão em todo território nacional, então, é inegável que teve avanço nesses anos, o avanço é a participação popular. (Depoimento de DONIZETE FERNANDES, 2014)²

Além da atuação na produção de moradias populares com participação das famílias de diversas regiões da cidade, a UMM também está presente nos espaços de participação e controle social institucionalizados como, por exemplo, o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR), Conselho Nacional das Cidades, Conferências das Cidades, compõe o Conselho Municipal de Habitação de São Paulo, etc. conforme nos informa Benedito Barbosa (Dito)³.

A UMM participa dos conselhos, em especial de conselhos com pautas mais voltadas ao tema da política urbana, também conselho das cidades. Busca incidir em sua agenda, nas legislações no âmbito Municipal (Plano Diretor), Estadual (Lei da Compra da Terra) e Federal (PEC da Moradia), pois participar no processo de construção das leis é uma relação estratégica para viabilização de moradia à famílias de baixa renda. A UMM vem debatendo ainda, pautas como, por exemplo, propriedade coletiva, regularização fundiária e os instrumentos existentes como o Estatuto das Cidades. (depoimento de BENEDITO BARBOSA, 2014).

² Donizete Fernandes, ex-coordenador nacional da União Nacional de Moradia Popular (UNMP). Atualmente vice-coordenador geral dos Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste. Entrevista concedida para o Nemos – Núcleo de estudos e pesquisas sobre movimentos sociais da PUCSP, abril de 2014.

³ Benedito Roberto Barbosa, liderança conhecida como Dito, atua em movimentos populares há mais de trinta anos. Faz parte da direção Estadual da Central de Movimentos Populares, advogado da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo e atua no Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. Entrevista concedida para o Nemos – Núcleo de estudos e pesquisas sobre movimentos sociais da PUCSP, abril de 2014.

Com o aumento da especulação imobiliária em São Paulo, a partir de 1995, acirrou-se a disputa pelos espaços nas periferias e nas áreas centrais, onde diversas ocupações estão hoje ocorrendo. A UMM reconhece os avanços nas políticas públicas e nas mobilizações de recursos nos territórios, porém há novos problemas, segundo Dito, “nunca houve tanto recurso para ser investido na cidade e na moradia popular como traz o programa MCMV. Por outro lado, nunca houve tantas famílias tendo seu direito a moradia violado como vem sendo atualmente”.

Ainda segundo Donizete:

A UMM procura ser parceira de todos os movimentos que lutam pela reforma urbana que lutam pelos seus direitos. E a nossa relação com todos os movimentos é de respeito, de parceria, por exemplo, temos que ter muito forte uma relação com movimento passe livre, por quê? Porque busca o direito da mobilidade na cidade, isso é reforma urbana. (Depoimento de DONIZETE FERNANDES, 2014)

A compreensão dessas articulações entre os movimentos sociais é fundamental para fortalecimento dos mesmos. Por exemplo, no dia 29/04/2014 na Câmara dos vereadores de São Paulo, houve um ato com reivindicações acerca do plano diretor da cidade. Participam do ato a FLM (Frente de Lutas por Moradia) e UMM (União dos Movimentos de Moradia) e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), entre outras organizações. O elemento novo nesse ato foi a articulação e participação do MTST junto a estes movimentos de moradia.

Já o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) foi fundado em 1997, com objetivo de lutar contra o capital e o Estado que representa os interesses capitalistas. O movimento organiza os trabalhadores urbanos a partir do local em que vivem, os bairros periféricos.

Testemunhamos em São Paulo uma retomada pela reocupação do centro da cidade, espaço que durante as últimas décadas enfrentou um processo de esvaziamento e subutilização de toda sua infraestrutura disponível. As frequentes ocupações de prédios vazios no centro de São Paulo marcham na contramão dos planos oficiais de “reforma/renovação” de que tratam as políticas de “reabilitação” dos bairros centrais da cidade. Assim, o que de fato ganhou destaque, principalmente entre a mídia nacional, foram os chamados “movimentos de moradia do centro”.

A capacidade de propor um uso diversificado e coletivo dos espaços ociosos na cidade evidencia a capacidade dos movimentos de provocar a opinião pública sobre o valor social da terra urbana e sobre a função social da propriedade, fatores relevantes se considerarmos a precariedade habitacional que enfrenta a população, principalmente as que residem nas metrópoles.

Mas o centro da cidade não é o único foco dos movimentos organizados que reivindicam melhores condições de moradia. A ocupação “Copa do Povo”, na cidade de São Paulo, realizada neste último mês de maio, tem ganhado enorme destaque na mídia nacional e principalmente internacional.

Localizada no Parque do Carmo, zona leste da cidade de São Paulo, há apenas 3 km da arena Corinthians, mais de duas mil famílias ocuparam uma área de aproximadamente 150 mil metros quadrados, reivindicando que o terreno, que pertence à Viver Incorporadora e Construtora, seja incluído, na revisão do Plano Diretor, como área de interesse social e possa servir à construção de habitações para população de baixa renda.

A ocupação é comandada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), responsável por cerca de 12 operações similares na cidade de São Paulo. De acordo com Guilherme Boulos, coordenador do movimento, a especulação imobiliária, a Copa do Mundo, o sistema político e um olhar crítico sobre os programas do governo federal como o Minha Casa, Minha Vida, estão sob constante mira dos militantes.

"A nossa Copa já está colocada, com a [presidente] Dilma, o governador Alckmin, com o prefeito Haddad. No dia 12 de junho não vai ter abertura da Copa se os nossos direitos não forem garantidos. Teremos uma onda vermelha em todo o país. O que nós queremos é a nossa fatia do bolo. A nossa não chegou ainda. Esperamos as respostas e se não as tivermos São Paulo e o Brasil vão parar" (BOULOS, 2014).

O ato da ocupação como expressão máxima de articulação e instrumento de luta ganha mais visibilidade a cada dia, à medida que se multiplicam na cidade e a medida que a lembrança – ainda muito fresca – das manifestações de junho de 2013, se fazem presentes frente a um cotidiano ainda muito permeado por expressões de descontentamento e indignação.

III CONSIDERAÇÕES FINAIS: APONTAMENTOS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA

Este artigo buscou refletir sobre a presença dos movimentos de moradia na cidade de São Paulo no contexto das manifestações de rua e da configuração neoliberal nas cidades brasileiras.

O Brasil em seu processo histórico, político e social vem sendo palco de grandes mobilizações e lutas por direitos. Os movimentos de moradia são sujeitos históricos sempre presentes nesses processos que ocorrem no país.

Ainda que se reconheçam avanços nas políticas urbanas, em especial nas regulamentações conquistadas pós Constituição de 1988, temos percebido que elas não atendem às expectativas dos sujeitos que lutam por cidades mais igualitárias. O marco legal

e institucional pouco impactou a lógica capitalista e neoliberal das cidades. O planejamento urbano deveria garantir o que está previsto em lei, como a função social das cidades, ou viabilizar a mobilidade urbana, disponibilizando espaços de lazer e moradia com boa localização e infraestrutura. Mas o que observamos é a lógica inversa, organizada pelo mercado que pressiona e impulsiona as cidades para que estas se tornem mercadorias.

Nesse contexto, a ideia de planejamento urbano que busca pensar a cidade como um todo e os instrumentos da política urbana são deixados de lado para dar lugar à grandes projetos que promovam o desenvolvimento econômico. Essa situação gera descontentamento e traz a tona as vozes daqueles que defendem um modelo de desenvolvimento urbano baseado nas propostas de políticas públicas urbanas redistributivas, que promovam a reforma urbana nas cidades brasileiras, garantindo condições dignas de vida e de moradia, acesso aos serviços públicos urbanos e acesso a cidade.

Os movimentos de moradia e o Fórum de Reforma Urbana têm resistido, e marcam presença nos espaços institucionais, mas suas propostas não atingem a agenda política.

Observamos que os espaços de participação institucionalizada existentes hoje são de grande importância para as articulações políticas, mas como afirma Raquel Rolink:

Há que se considerar também que nas relações políticas que se dão no interior da construção e implementação dos Conselhos e outros espaços participativos, assim como em sua relação com o governo, é possível identificar que, além da inovação político-cultural, também ali estão presentes e vigorosos o clientelismo e uma espécie de neo-corporativismo, renovando com a entrada de novos atores, as velhas gramáticas que estruturam as relações políticas no país. (ROLNIK,2013, p.8)

A histórica luta dos movimentos de moradia é compreendida aqui como fator de resistência e de proposição, que busca inverter a lógica e o modelo de cidade dominante, mas que demanda investimento contínuo em organização e articulação política. Diante das mudanças no cenário econômico do país, surgem novas necessidades e demandas de lutas. Como afirmou Dito: “a roda da história vai girando e gerando novos fatos. O novo foi gestado no velho”.

Um conjunto de questões pauta nossas agendas de pesquisa e de reflexões.

- a) Uma questão central remete a renovação dos movimentos de moradia, do ponto de vista de seus quadros, ou dos seus participantes, em especial no diálogo com a juventude presente nas manifestações de rua.
- b) A conjuntura de manifestações de rua tem desafiado os movimentos de moradia à combinar diferentes estratégias políticas de luta, como a ação direta nas ruas, a ocupação dos espaços públicos, a participação em espaços institucionais e de negociação com o Estado, por exemplo os conselhos de políticas setoriais.

- c) Percebe-se a valorização de elementos na organização interna dos movimentos de moradia: redes sociais, manifestações culturais (como os coletivos culturais), espaços formativos, aproximação entre a direção e as bases, autonomia e horizontalidade, que indicam transformações importantes nos perfis dos movimentos de moradia.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Entrevista. In: **POLITIZANDO** - Boletim do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPOS/CEAM/UnB), Edição Especial, Ano 5 - Nº. 14 - Ago. de 2013. Disponível em: <http://www.neppos.unb.br/politizando/POLITIZANDO14.pdf>.

AVRITZER, LEONARDO. **O que foram as manifestações de junho e o que é insustentável afirmar sobre elas.** In: <http://democraciaejustica.org/cienciapolitica3/node/1114>. Acesso em 06/06/2014.

CHAUÍ, Marilena. Entre a política e o pensamento mágico. In: **POLITIZANDO** - Boletim do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPOS/CEAM/UnB), Edição Especial, Ano 5 - Nº. 14 - Ago. de 2013. Disponível em: <http://www.neppos.unb.br/politizando/POLITIZANDO14.pdf>.

_____. **O inferno urbano e a política do favor, tutela e cooptação.** Disponível em Blog da Boitempo, <http://blogdaboitempo.com.br/2013/06/28/o-inferno-urbano-e-a-politica-do-favor-tutela-e-cooptacao/>. Acesso em: 06/06/14.

BOULOS Guilherme. **“Queremos a nossa fatia do bolo”, diz líder do MTST após ato em SP.** Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/05/22/queremos-a-nossa-fatia-do-bolo-diz-lider-do-mtst-apos-ato-em-sp.htm>,

GOHN, Maria da G. **Movimentos Sociais e Luta pela Moradia.** São Paulo: Ed. Loyola, 1991.

GONH, Maria da G. BRINGEL, Breno (org.). **Movimentos Sociais na era global.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

HARVEY, David. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio.** Espaço & Debate, nº 39, 1996, p. 48-64.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MARICATO, Ermínia. Políticas urbanas e os custos sociais dos megaeventos In: **POLITIZANDO** - Boletim do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPOS/CEAM/UnB), ano 6 - Nº16. ABRIL de 2014. Disponível em: <http://www.neppos.unb.br/politizando/POLITIZANDO16.pdf>.

_____ Metrópole, Legislação e desigualdade. In: **Estudos Avançados 17**, 2003. p. 151 – 166.

ROLINK, Raquel. **10 Anos do Estatuto da Cidade: Das Lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo.** Disponível em: <http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/07/10-anos-do-estatuto-da-cidade.pdf>.

Consultado em 18/06/2014.